

A Crise da Dívida em 2015

por Paul Ladd, Grupo de Pobreza, Escritório de Políticas para o Desenvolvimento

Na Cúpula ou Cimeira de Londres do G20, os participantes reafirmaram seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e como o aumento da assistência oficial ao desenvolvimento (AOD). Esta ajuda será importante para ajudar os países mais pobres a cumprir os ODM que foram acordados antes da crise, mas ela provavelmente será insuficiente para enfrentar os problemas adicionais causados pela atual desaceleração econômica.

Assim, muita atenção tem se concentrado sobre os US\$ 1,1 trilhão de novos financiamentos que o G-20 comprometeu-se a disponibilizar. Embora isto seja útil para muitos países em desenvolvimento que enfrentam problemas de liquidez ou de orçamento, o fato de que esse apoio virá principalmente na forma de empréstimos, em vez de subvenções pode representar problemas futuros para a sustentabilidade da dívida. Este One Pager argumenta que a comunidade internacional deve passar agora a pôr em prática um mecanismo internacional para a reestruturação da dívida soberana, para que futuras crises da dívida não tenham que ser resolvidas por meio de rodadas ad hoc para o alívio da dívida.

Os países em desenvolvimento estão sendo atingidos pela crise em todos os lados. Projeta-se uma caída no seu crescimento para 1,6 por cento em 2009, baixando de 8,3 por cento em 2007 (FMI, 2009). O crescimento interno mais lento significa menor cobrança de impostos e menos investimento no crescimento, no emprego e nos ODM. E uma economia global em desaceleração significa que as comunidades estão recebendo menos remessas de familiares que trabalham no exterior.

As exportações estão caindo por causa da menor procura internacional e reduzido financiamento para o comércio. E mercados de crédito internacionais estão congelados, pondo em perigo não apenas investimentos futuros, mas também a capacidade de rolar os empréstimos em curso. O Banco Mundial estima que cerca de 98 países em desenvolvimento possam enfrentar uma lacuna de financiamento entre US\$ 268 bilhões e US\$ 700 bilhões em 2009 (Banco Mundial, 2009).

Tal como os seus pares na região Norte, os governos dos países em desenvolvimento têm de equilibrar suas contas e melhorar o padrão de vida dos seus eleitorados. Com outros fluxos financeiros se esgotando, será tentador tirar proveito dos empréstimos aumentados disponíveis através dos bancos de desenvolvimento e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esta pode ser uma necessidade para alguns países, mesmo que condições ingratas de empréstimo permaneçam em vigor.

Os níveis da dívida pública externa são, portanto, suscetíveis de subir novamente, mas isso não é necessariamente uma coisa má. Os países e as suas populações têm o direito de contrair empréstimos, para investir em empregos e crescimento para o futuro e também para se preparar para os bons e maus tempos. Mas poderemos ver em breve luzes de advertência piscando novamente. As últimas três décadas trouxeram um ciclo de endividamento soberano que tem sido caro, não só financeiramente, mas também em termos de oportunidade humana. O 'boom' do petróleo no final dos anos 1970 levou a um mundo em que o excesso de liquidez escorreu para os países mais pobres do mundo. Ao final dos anos 1980 e início de 1990, um ambiente externo desfavorável, juntamente com comportamento de credor e devedor irresponsável do governo, deixou os cidadãos em muitos países em desenvolvimento encilhados com elevados níveis de endividamento.

A comunidade internacional reconheceu lentamente que muitos países pobres caíram em uma armadilha da dívida e, enfrentando crescentes pressões da sociedade civil, os credores colocaram em prática uma série de esquemas de redução da dívida, como o do programa para os países pobres muito endividados (PPME) e iniciativa de alívio da dívida multilateral (IADM). Estes regimes têm contribuído significativamente para reduzir o fardo da dívida de cerca de 24 países qualificáveis. Enquanto outros 17 poderiam receber alívio irrevogável da dívida, uma vez que satisfaçam os critérios de requisitos necessários, muitos outros países que não reúnem os requisitos necessários ainda têm elevados níveis de endividamento.

Se os problemas da dívida de países em desenvolvimento chegarem de novo a uma fase crítica inclusive devido a como a comunidade internacional esteja respondendo à atual crise econômica, necessitaremos de uma nova forma de abordar o problema. Uma segunda rodada de esquemas de alívio da dívida com base em liberalidade dos credores terá falta de credibilidade. A cena está montada uma vez mais para uma idéia que quase chegou à fruição, em 2003, embora sob uma forma imperfeita. Um mecanismo internacional para a reestruturação da dívida soberana, que incluía disposições relativas à moratória temporária sobre o serviço da dívida, poderia proporcionar um melhor meio de reestruturação de dívidas impagáveis de uma forma que seja mais justa, mais transparente e mais eficiente para os credores, para o país endividado, e para sua população .

Para ser eficaz e abrangente, no entanto, qualquer mecanismo de arbitragem como tal necessitaria de cobrir os créditos do Banco Mundial e do FMI. Estes não estão abrangidos pela recente introdução de “cláusulas de ação coletiva” em títulos soberanos.

O tempo para pôr em prática esse mecanismo é antes que uma nova crise da dívida emerja, e não quando as águas começam a ficar agitadas. Caso contrário, 2015 poderá ser lembrado como o ano em que surgiu uma nova crise da dívida, em vez do ano em que celebramos a realização dos ODM.

Referências:

FMI [IMF] (2009). World Economic Outlook. Washington, DC, International Monetary Fund.

Banco Mundial [World Bank] (2009). 'Swimming Against the Tide: How Developing Countries are Coping with the Global Crisis', background paper prepared for the G20 Finance Ministers Meeting, March. Washington, DC, World Bank.